

Audiência discutirá saída de médicos do HGJAF

Após denúncias de pacientes, Ministério Público quer saber sobre a demissão de cinco médicos de cabeça e pescoço

Após receber várias denúncias de pacientes que aguardam há um tempo para serem submetidos a cirurgias no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), o Ministério Público Estadual (MPE) fará audiência na manhã de hoje, 23, junto com o Estado e Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), para saber, de fato, o porquê de cinco médicos de cabeça e pescoço terem pedido para sair da unidade. Com o desligamento, desta equipe, ficaram apenas dois médicos que estão em atividade atualmente e que são responsáveis pelas avaliações e procedimentos tanto na urgência da unidade quanto no setor de oncologia.

Segundo a promotora do MPE, Euza Missano, o órgão tomou conhecimento das saídas dos médicos após denúncias de pacientes que utilizam o sistema do hospital e que aguardam há um determinado tempo para passarem por uma cirurgia de cabeça e pescoço. "Ainda não sabemos muita coisa sobre o assunto. Só temos conhecimento através das denúncias que médicos de cabeça e pescoço pediram para sair do hospital e com o déficit na equipe muitos



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

■ **Euza Missano:** "órgão tomou conhecimento das saídas dos médicos após denúncias de pacientes"

pacientes têm aguardado uma cirurgia. Por isso, convocamos o Estado e a Fundação para que eles relatem o que está acontecendo e quais serão as soluções tomadas", disse.

E, de fato, é grande a demanda de pessoas que precisam ser submetidas a cirurgias de cabeça e pescoço na unidade. De acordo com informações repassadas pela assessoria de comunicação do HGJAF, de janeiro

a dezembro de 2012 foram realizadas 7.994 intervenções decorrentes de acidentes de motos, sendo que mais de 60% das vítimas sofreram algum traumatismo craniano, necessitando de um médico de cabeça e de pescoço. Já de janeiro a julho deste ano foram 4.851 pacientes que precisaram desse tipo de atendimento.

Para Hyder Aragão, do Conselho Regional de Medicina

de Sergipe (Cremese), apesar da entidade ainda não ter sido notificada oficialmente da saída dos médicos do HGJAF, a situação em que se encontra a unidade é gravíssima. "Ainda não fomos comunicados oficialmente, mas acredito que a saída dos médicos não tenha sido apenas por questões salariais, mas também por condições de trabalho. E a situação no hospital é gravíssima e os profis-

“

Situação no maior hospital público é mesmo gravíssima"

Hyder Aragão |
do Cremese

sionais vêm gritando há um bom tempo porque já não aguentam mais. A verdade é que a gestão da saúde está falida e da forma que está os médicos vão se afastar ainda mais da rede pública", afirma.

E ele ressalta que a situação no hospital é apenas mais um detalhe no meio do grande problema em que se encontra a saúde de Sergipe. "A condição da saúde como um todo é crítica demais. Para se ter uma ideia o Ministério Público Federal, junto com o Ministério Público Estadual, pediram há três meses a interdição federal na saúde do Estado, o que é uma coisa inédita no Brasil. E isso demonstra a condição em que está a

rede em Sergipe", conclui Hyder.

• FHS

Já segundo o diretor operacional da FHS, Wagner Moura, o contrato da maioria dos profissionais de cabeça e pescoço estava vencendo este ano e alguns deles tentaram propor um reajuste salarial inviável financeiramente. "Fizemos uma contraproposta que não foi aceita. Diante disso, cinco pediram demissão, ficando apenas duas no quadro. Mesmo assim, os pacientes não estão deixando de ser assistidos e as cirurgias são realizadas", explica.

Ainda de acordo com ele, para não comprometer a assistência, a Fundação continua em negociação com outros profissionais. "Estamos fazendo outra proposta e temos também algumas cirurgias que estão sendo feitas pelo grupo de cirurgia oncológica geral. Por ser uma especialidade com poucos profissionais, a demanda é muito grande para o quantitativo de médicos que tem no Estado. Não estamos deixando de fazer a cirurgia e estamos buscando resolver de forma mais breve. Mesmo que seja com a contratação do procedimento em unidade particular", informa.

